

# AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



**Conselho Superior do Agronegócio – COSAG/FIESP**

**Rodrigo C A Lima**  
**Gerente Geral do ICONE**

São Paulo  
1º de setembro de 2009

→ [www.iconebrasil.org.br](http://www.iconebrasil.org.br)

**ICONE**  
Instituto de Estudos do  
Comércio e Negociações  
Internacionais

# Protecionismo Agrícola

## Agricultura, Comércio e Sustentabilidade

- Tarifas (picos, escaladas, tarifas específicas, etc).
- Quotas tarifárias, antidumping, salvaguardas especiais.
- Subsídios e créditos à exportação, ajuda alimentar.
- Subsídios domésticos (proibidos, minimamente distorcivos, caixa verde).
- Barreiras sanitárias: BSE, febre aftosa, gripe aviária, regionalização, etc.
- Barreiras técnicas: processos e métodos de produção, rastreabilidade,
- Rotulagem, certificações, etc.

### RODADA DE DOHA

**OMC**

- ✓ OGMs e Protocolo de Cartagena.
- ✓ Padrões Privados e Certificações: critérios ambientais, sociais e econômicos.
- ✓ Multifuncionalidade.
- ✓ Mudanças Climáticas: UNFCCC, Protocolo de Quioto, Pós-2012.
- ✓ Biodiversidade e Convenção sobre Diversidade Biológica.
- ✓ Água.

### MÚTIPLAS REGULAMENTAÇÕES OU A FALTA DELAS

# Agricultura e Mudanças Climáticas

## Agricultura AMEAÇADA



- Aumento da temperatura;
- Secas e enchentes;
- Maior incidência de pragas e doenças;
- Perda de produtividade;
- Salinização;
- Outros.

## Agricultura AMEAÇA



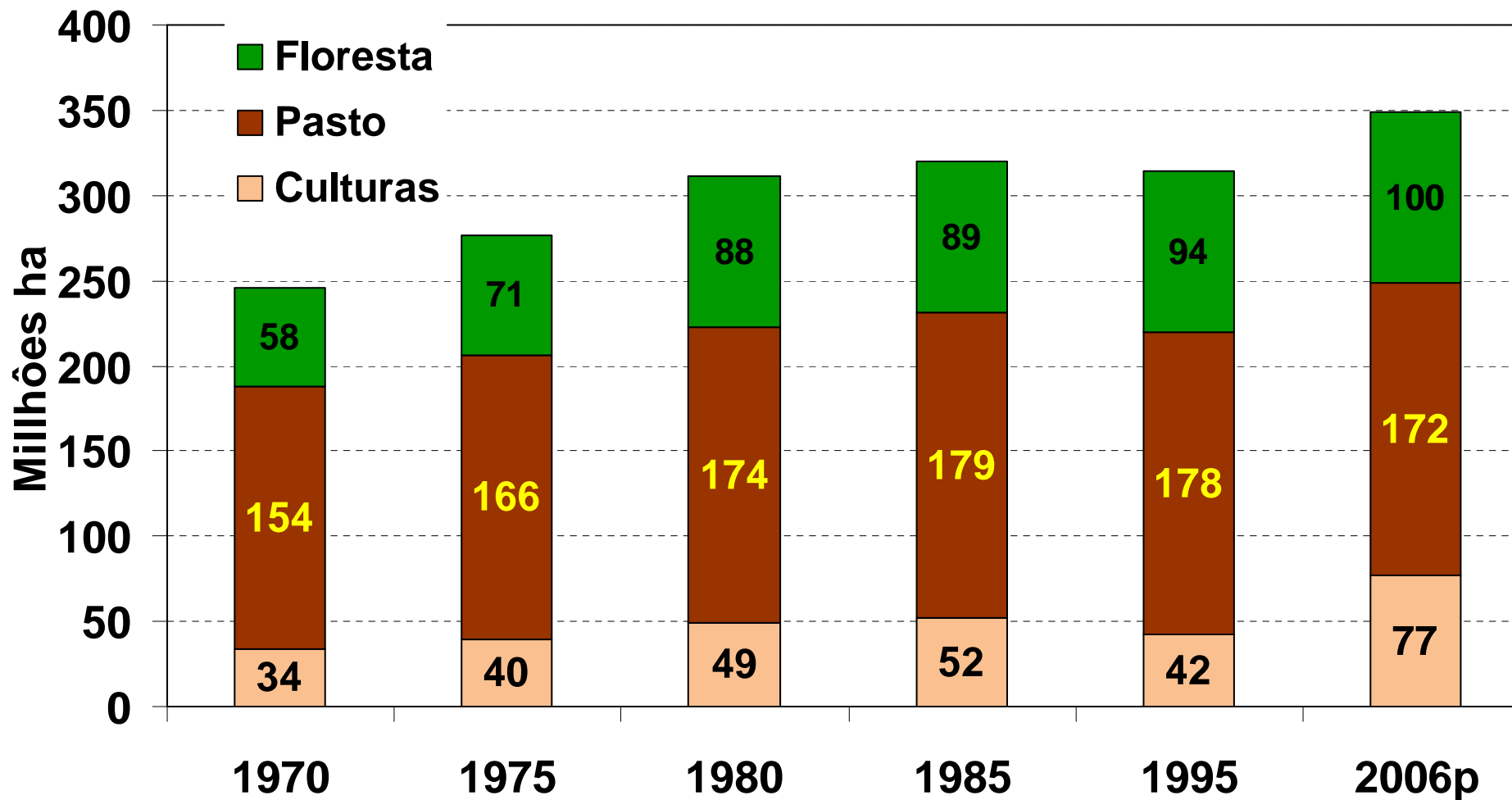
- Mudanças no Uso da Terra;
- Desmatamento;
- Degradação dos solos;
- Emissões da Agropecuária;
- Uso excessivo de fertilizantes nitrogenados;
- Outros.

## Agricultura AMIGA



- Sequestro de GEE pelas diferentes culturas;
- Redução de emissões;
- Boas Práticas Agrícolas: plantio direto;
- Emissões evitadas: Reserva Legal, APPs, Unidades de Conservação;
- Outros.

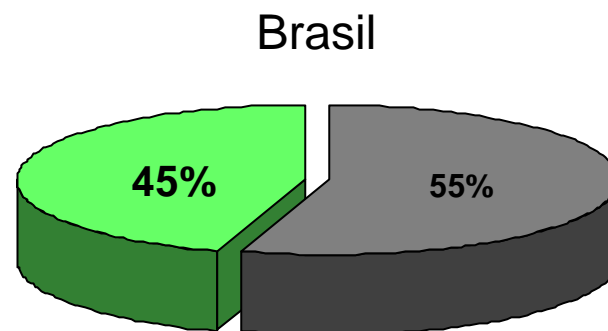
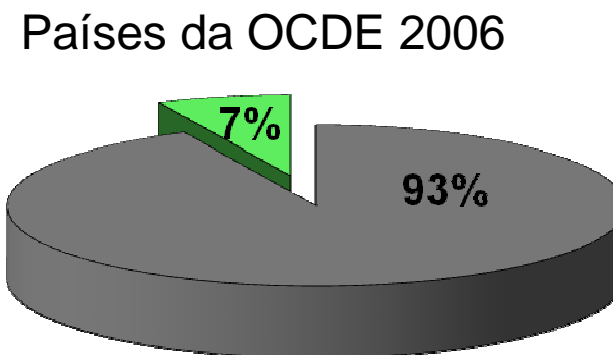
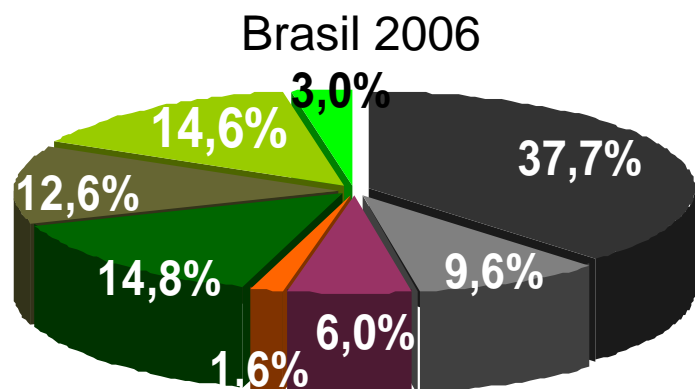
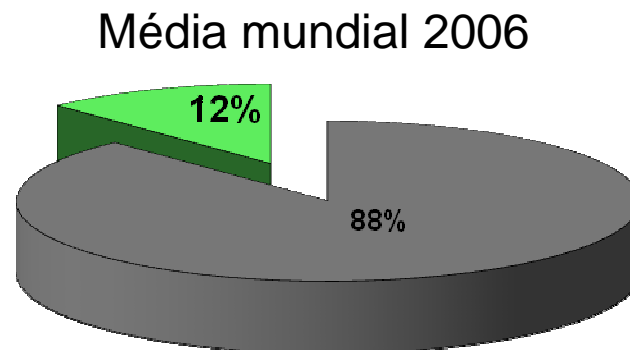
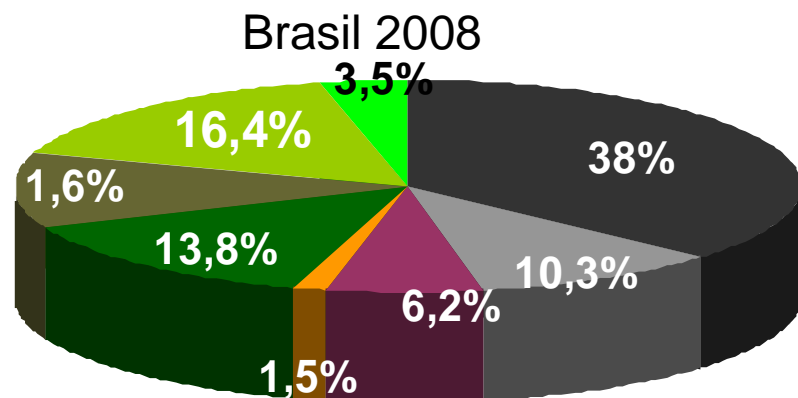
# Uso da Terra no Brasil



P = Preliminar

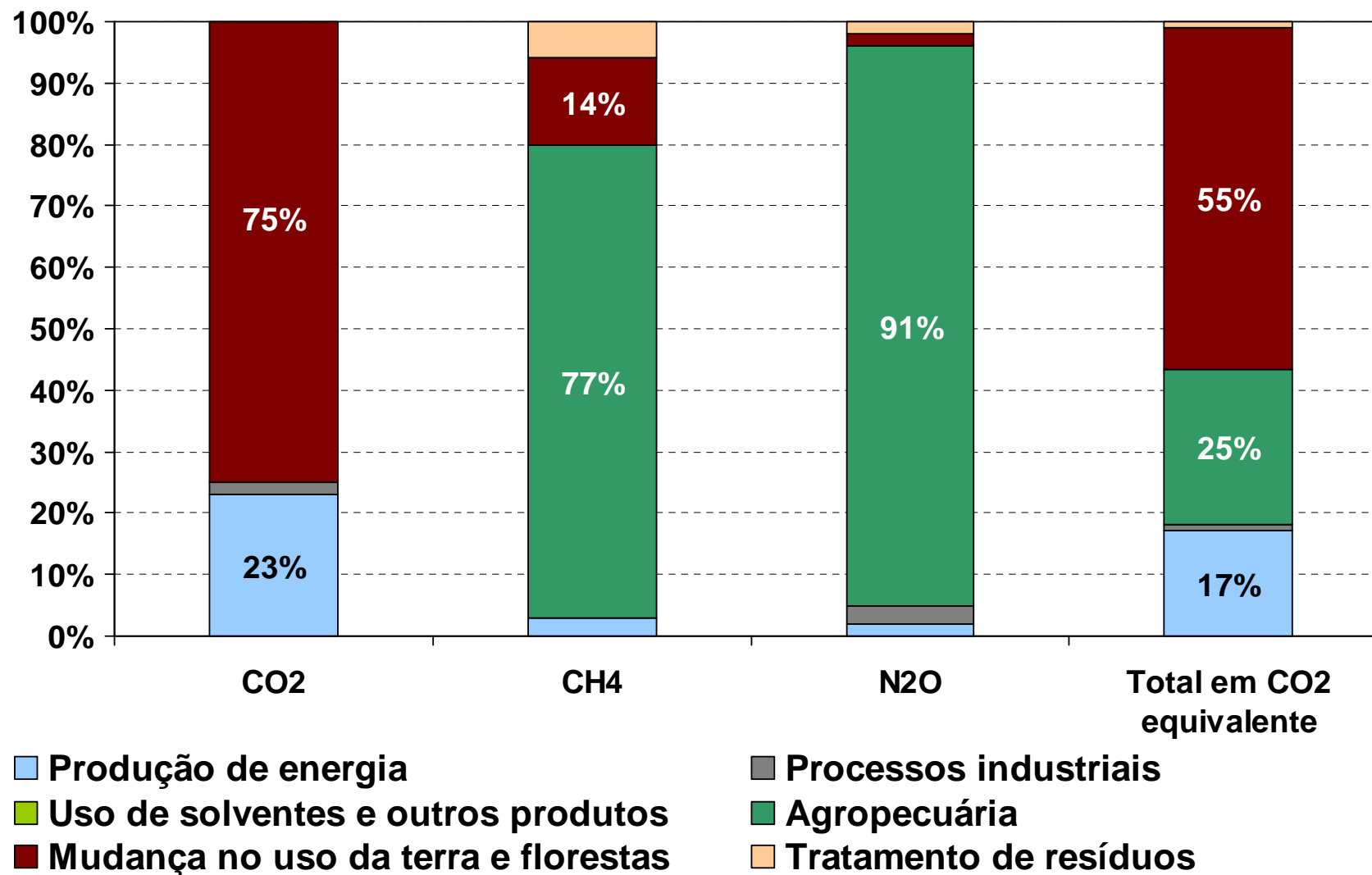
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE

# Composição da oferta de energia no Brasil e no mundo



- Petróleo e Derivados
- Carvão Mineral e Derivados
- Hidráulica e Eletricidade
- Produtos da Cana
- Gás Natural
- Urânio e Derivados
- Lenha e Carvão Vegetal
- Outras Renováveis

# Brasil: emissões de GEEs por setor (1994)

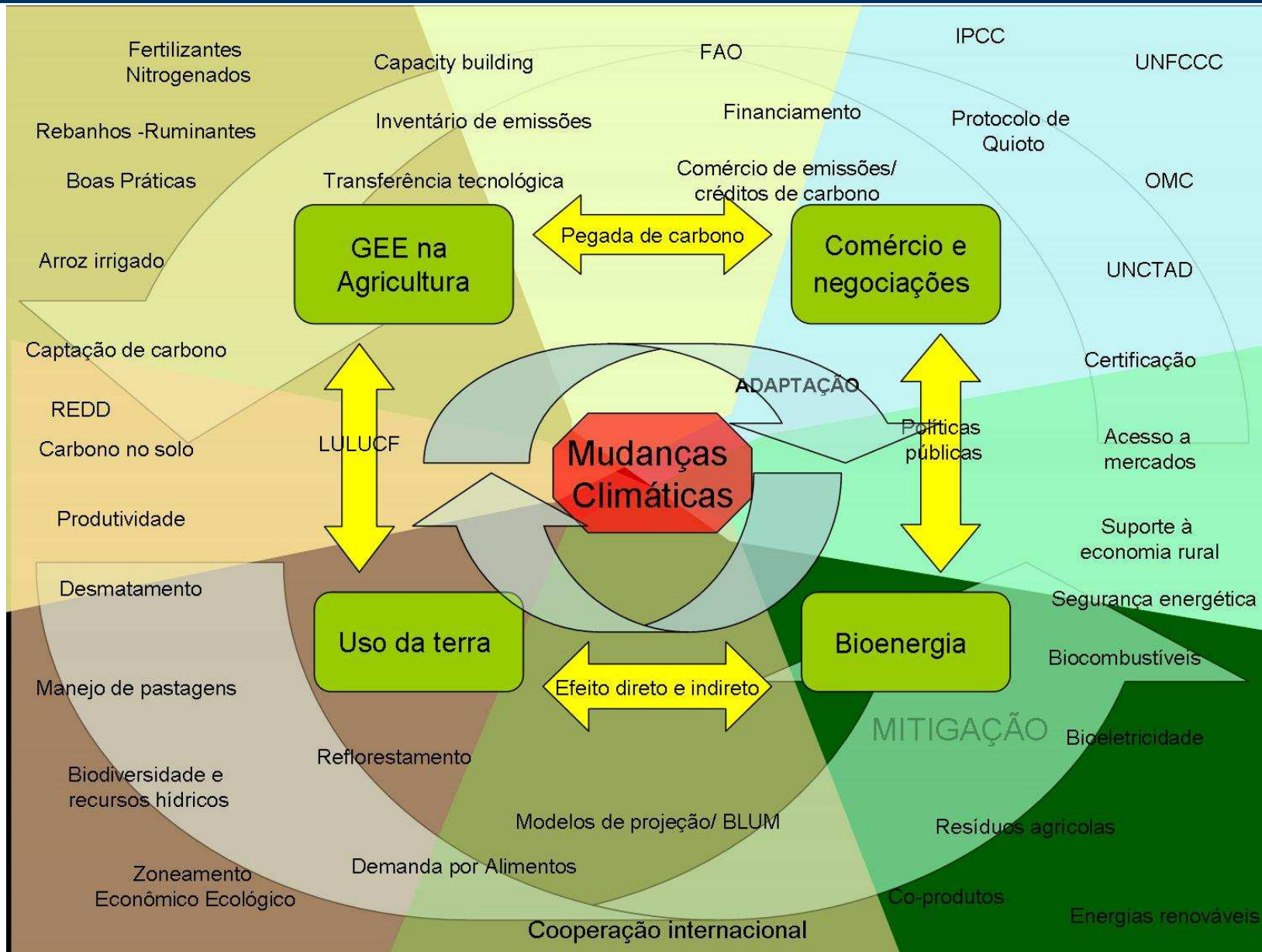


Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia. Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima. Comunicação inicial do Brasil à Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília, DF, 2004

# Pontos centrais para a agricultura no plano das negociações do clima

<b>USO DA TERRA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Combater o desflorestamento;</li> <li>■ Intensificar pastagens; recuperar áreas degradadas e abandonadas;</li> <li>■ Influenciar o debate sobre mudanças no uso da terra.</li> </ul>
<b>MITIGAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Biocombustíveis como fontes de redução de emissões;</li> <li>■ Contribuir para limpar ainda mais a matriz energética brasileira: etanol, bioeletricidade; carvão vegetal renovável e biomassa;</li> <li>■ Redução de GEEs: captura, manutenção e aumento de estoques de carbono;</li> <li>■ Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD plus);</li> </ul>
<b>MERCADO DE CARBONO ou TAXAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ MDL: novas metodologias; flexibilização do princípio da adicionalidade;</li> <li>■ NAMAs, Mercado Voluntário e debate sobre Sistema de Comércio de Emissões (CAP AND TRADE);</li> <li>■ Taxa de Carbono (imposto) não é uma forma eficiente e inteligente de mitigar emissões;</li> </ul>
<b>FINANCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Brasil como receptor de financiamentos (REDD, MDL, e outros fundos);</li> <li>■ Transferir tecnologia (Sul-Sul por exemplo);</li> <li>■ Acesso a novas tecnologias.</li> </ul>

# Agricultura, Comércio e Mudanças Climáticas



# Em direção a economias de baixo carbono

## Negociações Convenção do Clima (plano multilateral)

- Metas ambiciosas para PDs e compromissos para PEDs (Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas-NAMAs);
- Pilares: mitigação; adaptação; transferência de tecnologia; financiamento e capacitação;
- REDD plus: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação;
- Possível inclusão de um novo capítulo sobre LULUCF; etc;
- Discussões sobre flexibilização do MDL;

## Políticas Públicas brasileiras (plano interno)

- NAMAs: voluntários, financiados por países do Anexo I e/ou offsets;
- NAMA do desmatamento: compromisso de redução do desmatamento no âmbito do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- Outros NAMAs: biocombustíveis; florestas plantadas; matriz energética; REDD plus?
- Construção da Política Nacional sobre Mudanças do Clima de longo prazo que vise criar economias de baixo carbono: favorecer práticas de mitigação (agricultura e florestas plantadas); possibilitar ações de adaptação;
- Debate sobre um sistema “Cap and Trade” Brasil e repúdio a taxas de carbono.

## Políticas Públicas de outros países (plano bilateral)

- Mercados CAP AND TRADE em PDs pode abrir espaço para práticas de mitigação adotadas no Brasil (REDD; LULUCF por exemplo);
- Políticas unilaterais ligadas a *Carbon Adjustment Taxes* e subsídios caixa verde podem prejudicar a agricultura brasileira;
- Estratégia de negociações bilaterais com países como os EUA, UE, Austrália, etc.

## Mercado ONGs Sociedade Civil

- Independente das negociações UNFCCC e políticas unilaterais, o mercado é um driver de mudanças rápido e perigoso;
- Certificações com base em análise de ciclo de vida (fragilidade de metodologias);
- Preocupação com barreiras ao comércio.

# A Lei Norte-Americana *Waxman-Markey Bill (ACES Act 2009)*

- Foco: (i) energias renováveis; (ii) eficiência energética; (iii) redução de emissões de GEEs; (iv) transição para uma economia de baixo carbono; (v) *offsets* de agricultura e florestas;
- Cria um mecanismo CAP AND TRADE (*economy-wide*) e prevê medidas que visam ajudar na mitigação de GEEs e criar uma economia de baixo carbono;
- Prevê metas internas de redução de GEEs até 2050 para certos setores;
- A partir de 2012 serão estabelecidas permissões de emissão (*emission allowances*) para cada ano calendário; no início do programa aproximadamente 20% das *allowances* serão leiloadas;
- *Permissões de Emissão:*
  - Serão concedidas a setores intensos em energia, carvão, óleo, “setores expostos ao comércio”;
  - Poderão dar suporte a programas de corte de emissões pela redução do desmatamento em países em desenvolvimento e práticas de mitigação no setor agrícola e florestal nos EUA (USDA);
  - A grande maioria da receita gerada com a venda de *allowances* será utilizada para proteger os consumidores e incentivar novas tecnologias.

# Waxman-Markey Bill

## (Título V – Offsets relacionados a Agricultura e Florestas Plantadas)

- Créditos *Offset*: instrumento de compliance comercializável que representa a redução, a não emissão e o sequestro de 1 tonelada de CO2 equivalente;
- Práticas *Offset*: ações que levem a redução de emissões, evite emissões ou favoreça o sequestro (permanente) de GEEs de forma adicional;
- Agricultura e Florestas esta fora do CAP AND TRADE (indústria, eletricidade, transporte);
- O USDA deverá: estabelecer metodologias de quantificação das emissões; criar *baselines* e prever a adicionalidade; evitar *leakage*; criar regras para verificação de terceira parte; prover assistência técnica para desenvolver projetos; estabelecer regras para aprovar projetos; etc;
- Projetos elegíveis: plantio direto; redução do uso de fertilizantes nitrogenados e eficiência no seu uso; manejo de pastos e de animais; mudanças no uso da terra (aflorestamento e reflorestamento); manejo de florestas que resulte em aumento dos estoques de carbono; redução do desmatamento; etc.
- O USDA emitirá créditos offset para cada tonelada de CO2 equivalente: 5 anos para práticas de sequestro de GEEs na agricultura; 20 anos para atividades florestais; 10 anos para ações que reduzem ou evitam a emissão, ou sequestram GEEs;

# Possíveis impactos dos *Offsets* Agrícolas e de Florestas

- Agricultura e Florestas poderão gerar créditos *offset*;
- Esses setores não terão tetos (CAPs);
- Créditos poderão ser comprados por setores que possuem metas;
- USDA cria as metodologias;
- Possíveis projetos poderão, em princípio, envolver casos não cobertos por projetos MDL atualmente;
- Comércio de créditos dentro e fora dos EUA;
- Subsídios caixa verde: importante analisar possíveis impactos para a produção e o comércio agrícola;
- *Offsets* podem atrair investimentos;
- Brasil como fornecedor de *offsets* para os EUA: REDD plus por exemplo?
- Negociação bilateral e até setorial pode ser essencial;
- *Border Tax Adjustments* e *Border Allowance Requirements*: novas barreiras a produtos de países que não possuam metas de redução ou sejam carbono intensivos?
- Compatibilidade dessas medidas com a OMC?

# Passos até a COP 15

- Relatórios da reunião de Bonn, de agosto de 2009, trarão os documentos da negociação com mudanças: análise essencial (propostas para incluir agricultura e desenvolvimento rural);
- *Bangkok Climate Change Talks* (28 de setembro a 9 de outubro): 9ª Sessão do Grupo *Ad Hoc* de Compromissos Futuros para as Partes do Anexo I do Protocolo de Quioto (AWG-KP) e 7ª Sessão do Grupo *Ad Hoc* sobre Compromissos de Longo Termo (AWG-LCA);
  - Financiamento deverá ser um tema central;
  - Questões sobre agricultura, florestas plantadas (Land Use, Land Use Change and Forestry-LULUCF);
  - Metas e NAMAs (“compromissos”);
- Reunião de Barcelona (2 a 6 de novembro): pré-COP15, definições finais sobre os textos de negociação;
- Posicionamento dos setores: reuniões com o Itamaraty, ONGs, outros setores;
- GT Mudanças Climáticas FIESP; CNI; Aliança Brasileira pelo Clima, outros.

# Conclusões

- A COP 15 deverá ter como pontos centrais:
  - A definição de metas ambiciosas de redução para os países desenvolvidos;
  - Obter o comprometimento dos países em desenvolvimento com a redução de emissões (NAMAs);
  - Criar uma estrutura de financiamento abrangente: mitigação; adaptação; capacitação e transferência de tecnologia;
  - Criar um mecanismo REDD plus (reduzir desmatamento é uma meta coletiva);
- Papel essencial do Brasil nas negociações:
  - Registrar compromissos efetivos de redução do desmatamento como NAMA;
  - Incentivar o uso de energias renováveis maximizando seu papel na matriz energética;
  - Lutar pela criação de um mecanismo REDD plus;
  - Defender a flexibilização do MDL sem prejuízo da integridade ambiental;
- A COP 15 será o símbolo da busca por economias de baixo carbono, mas será apenas o ponto de partida (traçar as bases para os temas centrais).

# Conclusões

- O Brasil deve olhar para Copenhagen como uma janela de oportunidades;
  - NAMA do desmatamento;
  - REDD plus;
  - Reforçar a matriz energética limpa;
- Estruturar uma Política Nacional sobre Mudanças Climáticas que inclua aspectos de mitigação e adaptação que considerem:
  - (i) A formulação de políticas públicas de mitigação que privilegiem incentivos e não prejudiquem a competitividade e o crescimento da economia brasileira (mecanismos de comércio de reduções de emissões ao invés de taxas);
  - (ii) O envolvimento efetivo dos ministérios responsáveis pela gestão da matriz energética brasileira e produção industrial, para evitar contradições nas diferentes políticas públicas;
  - (iii) Incentivos para a produção e o consumo de matérias-primas e fontes de energias renováveis;
  - (iv) O aprimoramento da matriz energética brasileira, tornando-a mais limpa.
- É essencial que o Brasil tenha uma estratégia pró-ativa de negociações bilaterais com países como Austrália, Canadá, EUA, Japão, Rússia, Nova Zelândia e UE, a fim de incentivar o uso de energias renováveis e aproveitar a chance de participar de sistemas de comércio de emissões de outros países.

# Conclusões

- O Brasil deve combater tentativas de imposições de *Carbon Border Adjustment Taxes* e outras formas de tarifas de fronteira;
- A Lei Waxman-Markey poderá ter impactos fortes no desenrolar das negociações; independente da meta formal dos EUA, deverão ter seu sistema CAP AND TRADE;
- Discussão sobre possível “Cláusula da Paz” para mudanças climáticas na OMC, como forma de criar uma *build in* agenda é perigosa;
- O debate sobre mudanças climáticas afetará cada vez mais a agricultura no mundo todo e no Brasil especialmente:
  - Novo acordo multilateral;
  - Políticas nacionais (sistemas de comércio de emissões);
  - Mercado.



Instituto de Estudos do  
Comércio e Negociações  
Internacionais

*Institute for International  
Trade Negotiations*

Avenida General Furtado Nascimento, 740, conj. 81

05465-070 São Paulo-SP Brasil

Phone/Fax: 55 11 30210403

icone@iconebrasil.org.br

www.iconebrasil.org.br

# Muito obrigado!

## *Mantenedores*



## *Parceiros*



## *Apoio Institucional*

